

COMPORTAMENTO AGRESSIVO NA INFÂNCIA E O PAPEL DA FAMÍLIA

Larissa Líbio¹

Dulce Grasel Zacharias²

RESUMO

O presente trabalho apresenta a discussão de dois casos clínicos de psicoterapia infantil relacionado ao comportamento agressivo e o contexto familiar. Na infância, a expressão do comportamento agressivo pode ser observada e tende a chamar a atenção nos ambientes em que a criança transita. Além disso, a agressividade quando manifestada de forma intensa e persistente pode se mostrar um obstáculo para o desenvolvimento emocional, afetivo e social das crianças. Neste sentido, estudos apontam que o contexto familiar pode influenciar ou mesmo sustentar estas expressões. Os dados apresentados configuram um estudo de caso e correspondem aos atendimentos realizados a duas crianças em um serviço-escola: uma menina de 07 anos e um menino de 09 anos de idade, ambos em psicoterapia individual. Os dados demonstram que a agressividade e atitudes transgressoras manifestadas pelos pacientes em discussão se sustentam em dificuldades nos padrões de interação da família em que os papéis se mostram confusos e onde a autoridade e os limites não são impostos, deixando-os sem referências. Frente a este contexto em que não encontram figuras de apoio para impor-lhes o limite ou mesmo diante de uma hierarquia ineficaz, os pacientes atuam, buscando, através da transgressão e da agressividade solicitar a atenção de suas famílias numa tentativa de reconhecer figuras de referência. Portanto, comprehende-se que as práticas educativas parentais devem contemplar a afetividade e os limites de forma complementar.

Palavras-chave: Infância; Agressividade; papel da família; abordagem sistêmica.

INTRODUÇÃO

A infância contempla uma das fases mais importantes do desenvolvimento humano e tem sido extensivamente estudada. Nesta fase a expressão do comportamento agressivo pode ser observada e tende a chamar a atenção nos ambientes em que a criança transita, uma vez que pode indicar uma reação a algo que ela não está conseguindo manejar de forma adequada. Basaglia e Souza (2015) apontam para uma complexa rede de fatores que envolvem a expressão do comportamento agressivo em crianças e salientam a influência dos cuidados parentais. Neste sentido, este estudo propôs-se analisar dois casos clínicos de crianças em

¹ Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul e estagiária do Serviço Integrado de Saúde (SIS) da Abordagem Sistêmica.

² Docente do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul; Orientadora de estágio curricular do Serviço Integrado de Saúde (SIS) na Abordagem Sistêmica.

psicoterapia individual em um serviço-escola, a fim de compreender as possíveis implicações dos padrões de interação familiar no desenvolvimento e manutenção de seus comportamentos agressivos.

Os dados apresentados configuram um estudo de caso e correspondem aos atendimentos realizados a duas crianças: uma menina de sete anos e um menino de nove anos de idade, ambos em psicoterapia individual. Para Fonseca (2002) o estudo de caso pode visar apresentar uma perspectiva integral e coerente de um fenômeno a partir do ponto de vista daquele que investiga. Cabe ressaltar que os casos foram escolhidos intencionalmente por apresentarem semelhanças quanto às demandas para terapia, bem como do contexto e influência familiar nos sintomas evidenciados. O trabalho foi realizado ao longo do Estágio Integrado III e IV do curso de Psicologia, no Serviço Integrado de Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

DESCRIÇÃO DOS CASOS

Maria (nome fictício) tem sete anos, está no primeiro ano do ensino fundamental e foi encaminhada ao Serviço devido a episódios de agressividade, dificuldades de aceitar regras e respeitar limites. Seus pais são separados e, ao ingressar ao serviço, residia com o pai e os avós paternos, visitando a mãe quinzenalmente. Na época da separação dos pais, Maria estava com um ano e seis meses e, desde então, passou a residir com os avós e o pai. Os pais apresentavam dificuldades em estabelecer comunicação e os cuidados de Maria eram exercidos, de maneira integral, pela avó paterna.

João (nome fictício) tem nove anos, está no terceiro ano do ensino fundamental e foi encaminhado para terapia devido à agressividade com os colegas, hiperatividade e dificuldade em aceitar regras. Os pais de João se separaram antes do nascimento do menino e, desde os três meses, ficou sob os cuidados da avó paterna e de seu pai, visitando sua mãe quinzenalmente. Os pais de João evidenciavam uma relação conflituosa, não conseguindo manter diálogo acerca do cuidado do filho. O pai do menino fazia uso de drogas e em muitos momentos esteve ausente da vida do filho devido a recorrentes internações. Desta forma, sua avó paterna era quem realizava seus cuidados.

CONTEXTO FAMILIAR E COMPORTAMENTO AGRESSIVO NA INFÂNCIA

A agressividade quando manifestada de forma intensa e persistente pode se apresentar como obstáculo para o desenvolvimento emocional, afetivo e social das crianças (SILVA et al, 2015). Os autores acrescentam que a agressividade pode, ainda, estar associada a dificuldades de interação, impulsividade, dificuldades de aprendizagem, entre outros aspectos. Petrucci, Borsa e Koller (2014, p. 377) citam Coie e Dodge (1998) para definir o conceito de comportamento agressivo, considerando este como “todo ato ou conduta praticado com a intenção de causar qualquer tipo de dano à outra pessoa ou grupo”. Luz (2008) ao recordar os achados de Winnicott, reflete que é da natureza humana a tendência à agressividade. No entanto, as pessoas a manifestam de modos diferentes.

No que tange ao caso de João, a agressividade manifestada por ele se observava na escola quando era contrariado por colegas e professores. Utilizava-se da força física (socos, empurrões, pontapés) para agredir os colegas e também de agressões verbais com os professores e com sua avó. Já Maria evidenciava comportamentos desafiadores, especialmente com a avó, demonstrando dificuldade em aceitar os limites, respondendo de forma agressiva em alguns momentos. Em seu contexto familiar, havia histórico de violência, praticada pelo pai à mãe da menina.

Luz (2008) coloca que a agressividade pode estar a serviço de uma tentativa de comunicação da realidade interior da criança que está lhe incomodando e que o ambiente em que se encontra inserida necessita auxiliá-la a recuperar a confiança. A dificuldade de João e Maria de exibirem comportamentos assertivos, resolvendo seus conflitos de maneira não violenta, indica a carência de recursos afetivos para lidar com estas situações, agindo de maneira impulsiva e violenta quando contrariados.

Tanto João quanto Maria tiveram seus cuidados exercidos por suas avós paternas, tendo pouco contato com suas mães ao longo do crescimento. Mainetti e Wanderbroocke (2013) afirmam que à medida que os avós passam a exercer o cuidado com os netos de modo mais ativo, os pais tendem a não assumirem ou então assumirem parcialmente suas funções parentais. Desta forma, observa-se que no caso de João e Maria, o cuidado materno foi delegado às avós. Ambos demonstravam na psicoterapia dificuldades em distinguir os papéis em suas famílias, reconhecendo em suas avós a figura de mãe.

Petrucci, Borsa e Koller (2014) enfatizam que as práticas educativas parentais podem se apresentar como responsáveis por comportamentos agressivos na infância, isto é, um

padrão de comportamento coercitivo. Luz (2008) aponta para o fato de que um ambiente familiar reconhecido pela criança como inseguro, nos quais não se sintam aceitas ou amadas, tende a promover reações através da agressividade com o objetivo de solicitar a atenção e o controle dos adultos. As manifestações de agressividade de João podem ser reflexos de um ambiente familiar instável caracterizado pelas frequentes ausências de seu pai devido a internações para tratamento da dependência química. Maria apresentava um relacionamento distante e inconsistente com a mãe, não aprovando muitos de seus comportamentos. Pode-se apontar que frente ao distanciamento das figuras parentais tanto João quanto Maria vincularam-se às suas avós paternas enquanto membros de sua rede de apoio, buscando nelas compensar o distanciamento do pai e da mãe.

Um aspecto importante nestes dois casos refere-se à presença de hierarquias muito frágeis nas famílias de João e Maria. No caso de João, o pai e a mãe não assumiam o papel de impor limites. A avó de João tentava adotar uma postura mais enérgica frente à indisciplina e agressividade do neto, mas em muitos momentos cedia às suas vontades para acalmá-lo. No caso de Maria, seu pai era reconhecido como figura de autoridade pela menina, mas na sua ausência sua avó não exercia esta postura de estabelecer limites, permitindo que a neta realizasse suas vontades.

Nichols e Schwartz (2007) colocam que as hierarquias frágeis refletem em um sentimento de desproteção aos membros mais jovens da família devido à ausência de orientação. Os autores acrescentam a importância de uma hierarquia funcional para que a família encontre o equilíbrio e estabilidade. Desta forma, a agressividade e atitudes transgressoras de João e Maria apontam para dificuldades nos padrões de interação da família em que os papéis se mostravam confusos e onde a autoridade e os limites não eram impostos, deixando-os sem referências. Frente a este contexto em que não encontravam figuras de apoio para impor-lhes o limite ou mesmo diante de uma hierarquia ineficaz, João e Maria atuavam, buscando, através da transgressão e da agressividade solicitar a atenção de suas famílias numa tentativa de reconhecer figuras de referência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos casos clínicos expostos observa-se a importância do contexto familiar no comportamento infantil. Tanto Maria quanto João evidenciavam relações parentais, especialmente com suas mães, frágeis e inconsistentes, produzindo uma sensação de

insegurança. Estes comportamentos parecem demonstrar a busca de Maria e João por referências, forçando aqueles que estão ao seu redor a impor-lhes limites.

Cabe aos responsáveis pelas crianças a tarefa de amar (através do cuidado e afeto) e frustrar (colocar limites, delimitar o certo e o errado). Muitos comportamentos na infância considerados inadequados resultam de práticas educativas que não contemplam de forma equilibrada estes aspectos. Alguns exibem a carência de afeto e limites e outros demonstram o excesso destes elementos, em geral, separadamente. Por isso, comprehende-se que as práticas educativas parentais devem contemplar a afetividade e os limites de forma complementar.

REFERÊNCIAS

- BASAGLIA, A.; SOUZA, M. Dificuldades de maternagem em um grupo de mães de crianças agressivas. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, v. 17, n. 1, p. 15-25. São Paulo, SP, jan-abr. 2015.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.
- LUZ, Iza Rodrigues. *Agressividade na primeira infância*: um estudo a partir das relações estabelecidas pelas crianças no ambiente familiar e na creche. São Paulo: Cortez, 2008.
- MAINETTI, A. C.; WANDERBROOCKE, A. C. N. S. Avós que assumem a criação de netos. *Pensando famílias*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 87-98, jul. 2013.
- NICHOLS, M.; SCHWARTZ, R. *Terapia familiar*: conceitos e métodos. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PETRUCCI, G.; BORSA, J.; KOLLER, S. As práticas educativas parentais e o manejo da agressividade na infância. In: BORSA, J.; BANDEIRA, D. (Orgs.). *Comportamento agressivo na infância*: da teoria à prática. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 377-390, 2014.
- SILVA, Izabella Alvarenga, et al. Considerações sobre a agressividade infantil. *Revista de Educação e Ensino* (Eseba), ano 17, n. 21, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/viewFile/30239/18026>>. Acesso em: 06 set. 2016.